

Ventos de São Jorge Holding S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações de resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D´eça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil
Telefone +55 (48) 3205-5300, Fax +55 (48) 3205-5301
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Conselheiros e Diretores da
Ventos de São Jorge Holding S.A.**
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ventos de São Jorge Holding S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ventos de São Jorge Holding S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento e mensuração do ativo Imobilizado nas demonstrações financeiras consolidadas

Veja as Notas 3d e 8 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia e suas controladas possuem registrado em suas demonstrações financeiras consolidadas o montante de R\$751.986 referente ao seu ativo imobilizado. Esses ativos são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção, sendo que os elementos mais importantes são: (i) Torres de geração de energia elétrica; e (ii) Obras civis. A depreciação desses itens é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Devido ao fato desses ativos serem os elementos mais relevantes das demonstrações financeiras consolidadas que influenciam diretamente o resultado operacional e consequentemente o patrimônio líquido, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia e suas controladas para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado. Adicionalmente, obtivemos as movimentações ocorridas no ativo imobilizado ao longo do exercício de 2017, e, confrontamos com os saldos contábeis. Também, efetuamos o recálculo da depreciação com base nas vidas úteis estimadas de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico ("MCPSE"), confrontando o resultado do recálculo com os saldos contábeis. Por fim, obtivemos a análise da Companhia e suas controladas sobre existência de indicadores de redução ao valor recuperável das suas unidades geradoras de caixa ("UGC"), e, avaliamos se as informações utilizadas para essa avaliação eram razoáveis e consistentes.</p> <p>Avaliamos ainda a adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Florianópolis, 31 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8



Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Ventos de São Jorge Holding S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Milhares de Reais)

Ativos	Notas	Controladora		Consolidado		Passivos	Notas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016			2017	2016	2017	2016
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	8	1.624	5.240	28.667	Fornecedores	9	103	32	4.301	56.785
Contas a receber	6	-	1	12.732	15.288	Empréstimos e financiamentos	11	-	-	36.654	-
Tributos compensáveis	5	511	442	3.831	1.517	Debêntures	10	-	-	-	601.683
Almoxarifado operacional		-	-	6	-	Obrigações finais	12	-	1	7.180	5.317
Outras contas a receber		50	-	233	-	Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	74	114
Despesas pagas antecipadamente		-	-	7.787	87	Compensação ambiental	13	-	-	3.168	3.217
						Outros passivos circulante		-	-	1.302	-
Total do ativo circulante		<u>569</u>	<u>2.067</u>	<u>29.829</u>	<u>45.559</u>	Total do passivo circulante		<u>103</u>	<u>33</u>	<u>52.679</u>	<u>667.116</u>
Não circulante						Não circulante					
Outros ativos não circulantes		-	-	9.903	-	Empréstimos e financiamentos	11	-	-	496.406	-
Fundos vinculados	4	-	-	47.445	-	Debêntures	10	48.143	-	48.143	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas		2.042	-	-	-	Outros passivos não circulante		-	-	14.735	-
Investimentos	7	279.427	170.067	-	-						
Imobilizado	8	9	10	751.986	787.072	Total do passivo não circulante		<u>48.143</u>	<u>-</u>	<u>559.284</u>	<u>-</u>
Intangível		4	3	6.605	6.599	Patrimônio líquido	14				
Total do ativo não circulante		<u>281.482</u>	<u>170.080</u>	<u>815.939</u>	<u>793.671</u>	Capital social		275.736	185.330	275.736	185.330
						Prejuízos acumulados		(41.931)	(13.216)	(41.931)	(13.216)
Total do ativo		<u>282.051</u>	<u>172.147</u>	<u>845.768</u>	<u>839.230</u>	Total do patrimônio líquido		<u>233.805</u>	<u>172.114</u>	<u>233.805</u>	<u>172.114</u>
						Total do passivo e patrimônio líquido		<u>282.051</u>	<u>172.147</u>	<u>845.768</u>	<u>839.230</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Jorge Holding S.A.

Demonstrações de resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Receita operacional líquida	16	-	-	125.555	35.463
Custos operacionais	17	-	-	(56.662)	(10.740)
Lucro bruto		-	-	68.893	24.723
Resultado com equivalência patrimonial	7	(24.942)	(8.144)	-	-
Despesas gerais e administrativas	18	(482)	(906)	(6.282)	(12.494)
Outras despesas operacionais		(10)	-	(81)	2.024
Lucro (prejuízo) antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		(25.434)	(9.050)	62.530	14.253
Receitas financeiras	19	136	1.060	3.265	1.539
Despesas financeiras	19	(3.416)	(25)	(89.337)	(23.807)
Resultado Financeiro		(3.280)	1.035	(86.072)	(22.268)
Lucro/prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(28.714)	(8.015)	(23.542)	(8.015)
Imposto de renda	15	(1)	-	(3.405)	-
Contribuição social	15	-	-	(1.768)	-
Resultado do exercício		(28.715)	(8.015)	(28.715)	(8.015)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Jorge Holding S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2017	2016	2017	2016
Resultado do exercício	(28.715)	(8.015)	(28.715)	(8.015)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(28.715)</u>	<u>(8.015)</u>	<u>(28.715)</u>	<u>(8.015)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Jorge Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Milhares de Reais)

	<u>Capital</u>		Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
	Social	a integralizar		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	158.100	-	(5.201)	152.899
Capital subscrito	40.000	(40.000)	-	-
Capital integralizado	-	27.230	-	27.230
Prejuízo do exercício	-	-	(8.015)	(8.015)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	198.100	(12.770)	(13.216)	172.114
Subscrição de capital	101.900	(101.900)	-	-
Integralização de capital	-	90.406	-	90.406
Resultado do exercício	-	-	(28.715)	(28.715)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	300.000	(24.264)	(41.931)	233.805

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Jorge Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(28.714)	(8.015)	(23.542)	(8.015)
Depreciações e amortizações	1	-	38.996	10.382
Resultado com equivalência patrimonial	24.942	8.144	-	-
Juros sobre debêntures	3.143	-	13.407	23.293
Juros sobre BNDES	-	-	47.474	-
Custo de captação apropriado ao resultado	-	-	705	-
Provisão de ressarcimento	-	-	5.793	-
Varição nos ativos e passivos				
Redução (aumento) em tributos compensáveis	(50)	(293)	(2.314)	(815)
Aumento (redução) em adiantamento a fornecedores	-	-	(239)	(28)
Redução (aumento) em contas a receber	1	-	2.556	(166)
Aumento (redução) em outras contas a receber	-	(1)	(9.903)	(15.085)
Redução (aumento) em despesas antecipadas	(70)	-	(7.700)	76
Aumento (redução) em fornecedores	71	31	(52.484)	45.566
Aumento (redução) em obrigações tributárias	(1)	(11)	(3.310)	3.603
Aumento (redução) em obrigações sociais e trabalhistas	-	-	(40)	87
Aumento (redução) em provisão compensação ambiental	-	-	(49)	3.217
Aumento (redução) em outras contas a pagar	-	-	10.244	-
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades operacionais	(677)	(145)	19.594	62.115
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento				
Ágio em investimentos	-	(2.808)	-	(2.808)
Aporte de capital em controladas	(134.302)	(45.065)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	(2.042)	-	-	-
Aquisição de imobilizado e intangível	(1)	-	(3.916)	(117.097)
Transferências do imobilizado	-	-	-	-
Baixa de imobilizado	-	103	-	5.582
Aplicação em fundos vinculados	-	-	(47.445)	4.370
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(136.345)	(47.770)	(51.361)	(109.953)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento				
Pagamentos de debêntures	-	-	(611.947)	12.786
Captção de debêntures	45.000	-	45.000	-
Captção de empréstimos e financiamentos	-	-	545.000	-
Custo de captação do empréstimo	-	-	(11.643)	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	-	(48.476)	-
Aumento de capital	90.406	27.230	90.406	27.230
Caixa líquido originado nas atividades de financiamento	135.406	27.230	8.340	40.016
Redução (aumento) do caixa e equivalentes de caixa	(1.616)	(20.685)	(23.427)	(7.822)
Demonstração do redução (aumento) do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	1.624	22.309	28.667	36.489
No fim do exercício	8	1.624	5.240	28.667
Redução (aumento) do caixa e equivalentes de caixa	(1.616)	(20.685)	(23.427)	(7.822)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Ventos de São Jorge Holding S.A. “Companhia”, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, situada à Rod. Doutor Mendel Steinbruch, S/N, Km 08, sala 152 - Distrito Industrial foi constituída em 27 de dezembro de 2012, e possui as seguintes controladas:

Controlada	Portaria	Início da operação
Nova Ventos de Parazinho Energias Renováveis S.A.	2589/2016	28/09/2016
Nova Ventos de Tianguá Energias Renováveis S.A.	2590/2016	28/09/2016
Nova Ventos de Tianguá Norte Energias Renováveis S.A.	2591/2016	28/09/2016
Nova Ventos de Morro do Chapéu Energias Renováveis S.A.	2675/2016	06/10/2016
Nova Ventos de Formoso Energias Renováveis S.A.	2694/2016	06/10/2016

A Companhia tem por objeto social participar como sócia ou acionista, do capital de outras sociedades ou empreendimentos, buscando sempre estimular a atuação destas de forma eticamente responsável, bem como apoiar e monitorar o desempenho das empresas de cujo capital participar, através de : a) mobilização de recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco; b) subscrição ou aquisição de valores mobiliários que forem emitidos para fortalecimento da respectiva posição no mercado de capital; c) atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas.

O Complexo EólicoTianguá, detido pelas controladas, possui capacidade estimada de 130,1 MW¹ médios.

Capital circulante negativo

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta passivo circulante em excesso ao ativo circulante consolidado no montante de R\$ 22.850. Conforme estimativas da Administração, esse endividamento será normalmente liquidado com a geração futura de caixa pela Companhia ou, se necessário, por meio de aportes financeiros dos acionistas controladores.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2018.

¹ As informações não financeiras contidas nestas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são revisadas pelos auditores independentes.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos críticos e incertezas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas.

a. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, incluem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, listadas a seguir:

Controladas	% de participação
Tianguá	100%
Tianguá Norte	100%
Morro do Chapéu	100%
Parazinho	100%
Formoso	100%

3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

4 Principais Práticas Contábeis

a. Base de consolidação

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(ii) **Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Empresas investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Instrumentos financeiros

(i) **Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os empréstimos, os recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e os benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou um passivo individual.

Os ativos ou os passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e os recebíveis da Companhia compreendem Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outras contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) **Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas. A Companhia têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

c. Investimentos

Investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pela Resolução Normativa nº 674/2015 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Equipamentos de informática e processamento de dados	10 anos
Veículos	5 anos
Linhas de transmissões	20 anos
Torres de geração de energia	20 anos
Obras civis	20 anos

e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou o atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que esta não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou o emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e os recebíveis significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

f. Intangível

(i) Ativo intangível

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que possuem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o projeto for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento do projeto e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados conforme prazo de concessão da outorga.

(iii) Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

g. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro presumido.

Lucro real

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

Lucro presumido

Calculado com base na presunção de lucro sobre a receita bruta, nas alíquotas de 8% para geração de energia. Sobre a presunção de lucros, aplica-se as mesmas alíquotas do lucro real, sendo elas: 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (Base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

h. Receita operacional

Receita operacional A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos e dos eventuais descontos e contribuições incidentes sobre a mesma. A receita de venda de energia e serviços é reconhecida quando: (i) é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluam para a Companhia; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iii) os riscos e os benefícios relacionados à venda foram transferidos para o comprador; (iv) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade; (v) e a Companhia não detém mais o controle e a responsabilidade sobre a energia vendida. A receita compreende o valor pela venda de energia elétrica.

i. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros ativos decorrente de direitos da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e custos de empréstimo e debêntures que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

j. Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. Espera-se que as seguintes normas não tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial.

(i) Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018

A Companhia é obrigada a adotar o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes e CPC 48 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia já efetuou uma avaliação preliminar dos impactos estimados em suas demonstrações financeiras, e com base na

sua avaliação entende que não há impactos significativos. O impacto estimado da adoção dessas novas normas baseia-se em avaliações realizadas até à data de emissão destas demonstrações financeiras, sendo que os impactos reais da adoção das novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

CPC 47 - Receitas de Contratos com clientes

O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada, substituindo as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas. O novo CPC estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

1. Identificar o contrato com o cliente
2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato
3. Determinar o preço das transações
4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho
5. Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho

Toda energia produzida pela Companhia é vendida através de Power Purchase Agreement - PPA e de Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado - CCEAR. Todos os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente, o que leva a Companhia a entender que não haverá impactos significativos no reconhecimento da receita a partir da entrada em vigência do novo CPC.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Conforme descrito no item (b) desta nota explicativa, a Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

- **Instrumentos financeiros não derivativos:** Empréstimos e recebíveis; e
- **Passivos financeiros não derivativos:** Outros passivos financeiros.

Adicionalmente, como descrito na nota explicativa nº 22, o risco de crédito é avaliado pela Companhia como baixo, devido ao histórico de pagamentos de seus clientes e por ser uma atividade regulada.

Dessa forma, com base na sua avaliação, a Companhia entende que os novos requerimentos de classificação e mensuração não terão um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(ii) **Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019**

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16. Entretanto, a Companhia não efetuou a adoção antecipada.

5 Caixas, equivalentes de caixa e fundos vinculados

a. Caixa e equivalentes

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Bancos	1	8	47	15.425
Aplicações financeiras (a)	7	1.616	5.193	13.242
Total	8	1.624	5.240	28.667

- (a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários, junto ao, Santander, Citibank e Pine com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, com taxa de 65% Compromissada referente as aplicações do Santander, taxa de 98 % CDI para as aplicações do Banco Pine e taxa de 97 % CDI para as aplicações do Citibank.

b. Fundos vinculados

Há ainda os valores aplicados em fundos vinculados que fazem parte dos acordos firmados nos contratos de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (Reserva da Dívida e Reserva de O&M), em que é exigido pelo Banco financiador que sejam mantidas três parcelas atualizadas referentes ao valor da última amortização e ¼ do valor anual a pagar referente aos contratos de Operação e Manutenção. Esses fundos estão classificados no ativo não circulante.

	31/12/2017
Reserva Especial	14.727
Centralizadora	10.351
Reserva O&M	1.288
Reserva Dívida BNDES	21.079
Total	47.445

6 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
IR sobre aplicação financeira	22	442	252	1.498
IRRF a recuperar / compensar	-	-	679	1
CSLL a recuperar / compensar	-	-	566	-
PIS a recuperar / compensar	-	-	299	-
COFINS a recuperar / compensar	-	-	1.508	2
INSS terceiros a recuperar	-	-	3	-
CSRF a recuperar	-	-	8	-
Saldo negativo IRPJ	489	-	489	-
ISS a recuperar / compensar	-	-	-	-
ICMS - Diferencial de alíquota e a recuperar	-	-	27	16
Total	511	442	3.831	1.517

7 Contas a receber

As provisões referem-se a energia gerada no mês de dezembro de 2017, as quais serão faturadas em janeiro de 2018.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Adiantamento de viagens	-	-	-	10
Adiantamento de fornecedores	-	1	-	28
Outras contas a receber	-	-	-	4
Provisão de Energia	-	-	12.732	14.674
Comer Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.	-	-	-	572
Total	-	1	12.732	15.288

8 Investimentos

	2017	2016
Investimento (a)		
Ágio em investidas	276.619	167.259
	<u>2.808</u>	<u>2.808</u>

a. Investimento

A Companhia possui investimentos em empresas eólicas realizados através de aportes de capital, abaixo estão relacionados os investimentos nas controladas:

Companhia	Participação	2017			
		31/12/2017		Controladora	
		Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimento	Equivalência
Tianguá	100%	63.892	(1.486)	63.892	(1.486)
Tianguá Norte	100%	53.986	(8.653)	53.986	(8.653)
Morro do Chapéu	100%	53.049	(5.553)	53.049	(5.553)
Parazinho	100%	53.949	(4.899)	53.949	(4.899)
Formoso	100%	51.743	(4.351)	51.743	(4.351)
Total dos investimentos				276.619	(24.942)

2016					
Companhia	31/12/2016			Controladora	
	Participação	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimento	Equivalência
Tianguá	100%	41.004	78	41.004	78
Tianguá Norte	100%	32.218	(2.866)	32.218	(2.866)
Morro do Chapéu	100%	35.316	(2.157)	35.316	(2.157)
Parazinho	100%	25.749	(1.892)	25.749	(1.892)
Formoso	100%	32.971	(1.308)	32.971	(1.308)
Total dos investimentos				167.258	(8.144)

Movimentação dos investimentos

2017				
Investidas	01/01/2017	Aumento / (redução)	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2017
Tianguá	41.004	24.374	(1.486)	63.892
Tianguá Norte	32.218	30.421	(8.653)	53.986
Morro do Chapéu	35.317	23.285	(5.553)	53.049
Parazinho	25.749	33.099	(4.899)	53.949
Formoso	32.971	23.123	(4.351)	51.743
Total líquido investido	167.259	134.302	(24.942)	276.619

2016				
Investidas	01/01/2016	Aumento / (redução)	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2016
Tianguá	32.699	8.227	78	41.004
Tianguá Norte	30.047	5.037	(2.866)	32.218
Morro do Chapéu	24.236	13.237	(2.157)	35.317
Parazinho	21.524	6.117	(1.892)	25.749
Formoso	21.832	12.447	(1.308)	32.971
Total líquido investido	130.338	45.065	(8.144)	167.259

9 Imobilizado

Composição do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	45	47
Móveis e utensílios	-	-	63	31
Equipamentos e processamento de dados	9	10	12	13
Máquinas e equipamentos	-	-	372	-
Subcrédito social	-	-	-	477
Compensação ambiental	-	-	3.563	3.563
Linhas de transmissões	-	-	1.274	1.336
Torres de geração de energia elétrica	-	-	508.697	534.540
Obras civis	-	-	237.870	247.065
Outras imobilizações em andamento	-	-	90	-
Total	9	10	751.986	787.072

Movimentação do imobilizado

Controladora	Saldo em 01/01/2017	Depreciação	Saldo em 31/12/2017
Veículos	-	-	-
Equipamentos e processamento de dados	10	(1)	9
Obras civis em andamento	-	-	-
Total	10	(1)	9

Consolidado	Saldo em 01/01/2017	Adições	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/12/2017
Edificações, obras civis e benfeitorias	47	-	-	(2)	45
Móveis e utensílios	31	37	-	(5)	63
Equipamentos e processamento de dados	13	-	-	(1)	12
Máquinas e equipamentos	-	376	-	(4)	372
Subcrédito social	477	-	(477)	-	-
Compensação ambiental	3.563	-	-	-	3.563
Linhas de transmissões	1.336	-	6	(68)	1.274
Torres de geração de energia elétrica	534.540	1.159	59	(27.061)	508.697
Obras civis	247.065	2.248	412	(11.855)	237.870
Outras imobilizações em andamento	-	90	-	-	90
Total	787.072	3.910	-	(38.996)	751.986

10 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Casa dos Ventos Energias Renováveis - nota 20	14	32	14	356
GE Water e Process Technologies do Brasil Ltda.	-	-	3	56.083
General Electric Energy do Brasil	-	-	1.427	-
Encargos de Transmissões e Conexão	-	-	-	280
Fornecedores nacionais	15	-	664	66
Ventos Santo Augusto VIII Energias Renováveis	-	-	477	-
EchoEnergia Participações S.A.	74	-	74	-
Provisões	-	-	1.294	-
	-	-	348	-
Total	103	32	4.301	56.785

11 Debêntures

Em 10 de fevereiro de 2017, ocorreu o desembolso integral referente ao contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº16.2.0752.1, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e SPEs do Grupo, firmado em 19 de janeiro de 2017, no valor total R\$ 545.000. Com os recursos liberados foram quitadas as debêntures das SPEs e emitidas novas debentures pela controladora.

As debêntures estão classificadas no passivo não circulante, pois a primeira parcela de amortização do principal ocorrerá em 15 de julho de 2020 e o vencimento final em 15 de julho de 2028.

		<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	
	Taxa de juros	2017	2017	2016
Debêntures (a)	IPCA + 9% a.a.	<u>48.143</u>	<u>48.143</u>	<u>601.683</u>
		<u>48.143</u>	<u>48.143</u>	<u>601.683</u>
Emissão debêntures		45.000	45.000	601.683
Juros		3.143	3.143	-

- (a) Garantias: (i) cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, decorrentes ou relacionados, incluindo, sem limitar, os direitos creditórios, direitos emergentes, de todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrentes das autorizações das SPE e dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e quaisquer outros contratos de compra e venda de energia das SPE; (ii) alienação fiduciária da totalidade do capital social das SPEs e da Companhia ("Alienação Fiduciária de Ações"); (iii) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos dos Projetos detidos pelas SPEs; e (iv) além de fiança da Echo Holding 1 S.A. (nova denominação da Casa dos Ventos Holding S.A.), da Companhia, das demais controladas.

Covenants

A Companhia emitiu debêntures com cláusulas restritivas de determinadas condições a serem observadas, tal como:

- (a) Descumprimento da destinação dos recursos obtidos por meio da captação de recursos efetuada;
- (b) Inadimplemento ou vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação pecuniária com instituição financeira por parte do emissor e seus intervenientes;
- (c) Rescisão, resiliação voluntária ou involuntária de qualquer dos contratos do projeto;
- (d) Não cumprimento de qualquer decisão final judicial, arbitral ou administrativa ou sentença judicial transitado em julgado pelo emissor e seus intervenientes;
- (e) Protesto de títulos contra o emissor e intervenientes a partir do montante de R\$500;
- (f) Transferência a terceiros dos direitos e obrigações do emissor e seus intervenientes, sem a prévia concordância escrita de debenturistas;
- (g) Mudança ou alteração no objeto social da emissora e suas intervenientes de forma a alterar suas atividades principais;

- (h) Não manutenção da escritura de emissão até o cumprimento integral das obrigações garantidas, os instrumentos de garantia, o contrato de depósito e administração de contas e fianças;
- (i) Caso a emissora e os intervenientes realizem sem o aviso prévio e consentimento dos debenturistas: i) contratação de empréstimos e mútuos ou outras formas de endividamento; ii) realize transações com qualquer pessoa ou entidade relacionada, direta ou indiretamente à emissora e a São Jorge.
- (j) Caso a emissora e suas intervenientes realizem novos investimentos ou assumam compromissos de investimentos além dos investimentos necessários para a construção e implementação do projeto;
- (k) Redução do patrimônio líquido do fundo FIM Salus, salvo se o seu patrimônio líquido permanecer em montante de no mínimo R\$ 550;
- (l) Distribuir qualquer tipo de remuneração na forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio aos seus acionistas;
- (m) Celebração de aditamentos e/ou alterações dos contratos do projeto (exceto com relação aos CCEAR) que gerem aumento individual ou agregado superior a R\$ 14.000;
- (n) Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, consolidado apurado anualmente, igual ou superior a 1,3 vezes, os quais foram atendidos em 31 de dezembro de 2017.

O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. As controladas veem cumprindo todas as condições do contrato.

12 Empréstimos e financiamentos

	Taxa de juros	Consolidado 2017
Financiamentos (a)	2,88% a.a. + TJLP	533.060
		533.060
Circulante		36.654
Não circulante		496.406

- (a) Abertura de crédito nº16.2.0752.1, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e SPEs do Grupo, firmado em 19 de janeiro de 2017, no valor total R\$ 545.000.

Covenants

A Companhia contratou financiamento e fianças bancárias com cláusulas restritivas de determinadas condições a serem observadas, tais como, sem limitação:

- (a) Inexistência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, por qualquer das beneficiárias, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente;
- (b) Inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social de qualquer das beneficiárias ou das empresas que a controlam de dispositivos que importe em restrições ou prejuízos à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação;

- (c) Constituição, sem prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto;
- (d) A não renovação, cancelamento, revogação, intervenção, extinção ou suspensão, por mais de 30 (trinta) dias, das autorizações e das licenças, inclusive as ambientais e as concedidas pelo MME e pela ANEEL, exigidas para construir, operar e manter o projeto;
- (e) Modificação do controle efetivo, direto e indireto, de qualquer das beneficiárias, sem prévia e expressa anuência do BNDES; e
- (f) Alteração da finalidade e escopo do projeto sem prévia anuência, por escrito, do BNDES;
- (g) Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, consolidado da controladora Ventos de São Jorge Holding apurado anualmente, igual ou superior a 1,3 vezes, exigidos a partir do exercício 2018.

O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. A Companhia vem cumprindo os covenants para o exercício de 2017.

13 Obrigações fiscais

	Controladora	Consolidado	
	2016	2017	2016
IRPJ apuração	-	903	-
CSLL apuração	-	471	-
PIS a pagar	-	-	2
COFINS a pagar	-	-	12
IRRF - Terceiros pessoa jurídica	1	-	8
CSLL retenção	-	-	1
PIS sobre o faturamento	-	199	95
COFINS sobre o faturamento	-	920	440
CSRF a recolher	-	32	47
ICMS a recolher	-	-	20
ICMS diferencial de alíquota	-	4.562	4.544
ISS retenção	-	40	66
INSS a recolher	-	20	19
INSS terceiros	-	-	46
FGTS a recolher	-	18	6
IRRF a recolher	-	15	11
Total	1	7.180	5.317

14 Compensação ambiental

A constituição de provisão ambiental está constituída de acordo com a determinação do órgão ambiental do Governo do Estado do Ceará e tem contrapartida no imobilizado.

15 Patrimônio líquido

O capital social subscrito é de R\$ 300.000 em 2017 (R\$ 198.100 em 2016) e está representado por 300.000 em ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (198.100 em 2016).

Durante o exercício de 2017 foi integralizado o montante de R\$90.406, dessa forma em 31 de dezembro de 2017 o capital social é de R\$275.736 (R\$185.330 em 31 de dezembro de 2016).

16 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes exercício de 2017, foi de R\$ 3.405 para o imposto de renda e R\$ 1.768 para a contribuição social. Em 2016 não houve saldos de impostos correntes registrados pela Companhia, pois não possuíam histórico de lucros tributáveis.

17 Receitas operacionais

As controladas iniciaram suas operações em setembro de 2016 e portanto, passaram a registrar receitas a partir desse período.

	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Receita bruta	129.846	37.476
Energia elétrica - Geração própria	127.644	37.476
Energia elétrica - Revenda	3.783	-
Outras receitas	4.212	-
Provisão de ressarcimento	(5.793)	-
Deduções da receita	(4.291)	(2.013)
PIS	(763)	(350)
COFINS	(3.528)	(1.613)
ICMS	-	(50)
Total	<u>125.555</u>	<u>35.463</u>

A geração de energia dos parques eólicos foi inferior ao volume previsto no contrato de venda de energia no ambiente regulado CCEAR, devido à ocorrência de ventos abaixo da média histórica prevista neste exercício. Devido ao fato supracitado a Companhia constituiu uma provisão com base nas obrigações que a mesma possui junto a CCEAR, a qual será liquidada nos exercícios subsequentes. Em 31 de dezembro de 2017, o montante de ressarcimento registrado foi de R\$5.793, que foi registrado em outros passivos circulantes e não circulantes.

18 Custos operacionais

	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Encargos de transmissão e conexão	(6.865)	(1.284)
Compra de energia	(914)	-
Depreciação e Amortização	(38.995)	(8.380)
Arrendamento e aluguéis	(290)	-
Despesa com manutenção	(4.245)	-
Engenharia e gestão de processos O&M GE	(1.159)	-
Seguros	(707)	-
Taxa de fiscalização ANEEL	(355)	-
Serviços de terceiros	(2.243)	-
Custo com pessoal	(889)	(1.076)
Total	<u>(56.662)</u>	<u>(10.740)</u>

19 Despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Serviços prestados pessoa jurídica	(218)	(117)	-	(1.043)
Serviços de consultoria	(1)	(55)	-	(284)
Viagens, diárias e ajuda de custo	(6)	(18)	(53)	(107)
Tributos	-	(101)	-	(367)
Depreciação	(1)	(16)	-	(1.196)
Gastos diversos	(136)	(98)	(4.500)	(5.260)
Compartilhamento de despesa	(11)	(504)	(505)	(3.405)
Despesa com manutenção	(15)	-	-	-
Arrendamento	-	-	-	(5)
Seguros	-	-	-	(831)
Despesas legais, judiciais e publicações	(94)	-	(448)	-
Taxas e Emolumentos	-	-	(111)	-
Material	-	-	(97)	-
Despesas com cartório	-	-	(299)	-
Energia Elétrica	-	-	(245)	-
Locação de máquinas e equipamentos	-	-	(17)	-
Auditoria externa	-	-	(7)	-
Recuperação de despesas	-	3	-	4
Total	(482)	(906)	(6.282)	(12.494)

20 Receitas (despesas) financeiras líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Rendimentos aplicações financeiras	84	1.060	3.003	1.526
Outras receitas	52	-	247	-
Descontos obtidos	-	-	15	13
Total das receitas financeiras	136	1.060	3.265	1.539
Juros pagos	-	(4)	(6.806)	(18)
Tarifas bancárias	(268)	(11)	(46)	(83)
IOF	(5)	-	(10.106)	-
Multas	-	(10)	(57)	(143)
Juros BNDES	(1)	-	(47.382)	-
Juros, comissões e outras despesas financeiras	-	-	(11.541)	(269)
Juros sobre debêntures	(3.142)	-	(3.143)	-
Juros sobre debêntures - Santander	(3.142)	-	(4.245)	(9.535)
Juros sobre debêntures - Bradesco	-	-	(4.033)	(9.058)
Juros sobre debêntures - Pine	-	-	(1.978)	(4.701)
Total despesas financeiras	(3.416)	(25)	(89.337)	(23.807)
Despesas (receitas) financeiras líquidas	(3.280)	1.035	(86.072)	(22.268)

21 Provisões para demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extras judiciais.

22 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos, passivos e resultado em 31 de dezembro de 2017 e 2016, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Passivo				
Fornecedor (a)				
Echo Holding 1 S.A.				
(antiga Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.)	14	32	-	-
EchoEnergia Participações S.A.	74	-	-	-
Total	88	32	-	-
Resultado				
Compartilhamento de despesas (a)	11	504	505	3.405
Total	11	504	505	3.405

- (a) A Companhia controladora possui despesas em 2017 de R\$ 11 (R\$ 504 em 2016) e um contas a pagar no valor de R\$ 89 e o consolidado possui despesas em 2017 de R\$ 505 (R\$ 3.405 em 2016).

23 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017		31/12/2017	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixas e equivalentes de caixa	8	8	5.240	5.240
Fundos vinculados	-	-	47.445	47.445
Fornecedores	103	103	4.301	4.301
Debêntures	48.143	48.143	48.143	48.143
Financiamentos	-	-	533.060	533.060
Total	48.254	48.254	638.189	638.189

b. Eposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

31/12/2017					
Controladora					
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Debêntures	48.143		48.143	-	-
Total	48.143	-	48.143	-	-
Consolidado					
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	4.301	4.301	-	-	-
Debêntures	48.143	48.143	-	-	-
Financiamientos	533.060	36.654	73.308	146.616	276.482
Total	585.504	89.098	73.308	146.616	276.482
31/12/2016					
Controladora					
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores e outras contas a pagar	32	-	-	-	-
Consolidado					
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores e outras contas a pagar	56.785	56.785	-	-	-
Financiamientos	601.683	601.683	-	-	-
Total	658.468	658.468	-	-	-

d. Instrumentos Financeiros por Categoria

	2017		2016	
	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros
Ativos financeiros				
<i>Controladora</i>				
Caixas e equivalentes de caixa	8	-	1.624	-
<i>Consolidado</i>				
Caixas e equivalentes de caixa	5.420	-	28.667	-
Fundos vinculados	47.445	-	-	-
Passivos financeiros				
<i>Controladora</i>				
Fornecedores	-	103	-	56.785
Debêntures	-	48.143	-	-
<i>Consolidado</i>				
Fornecedores	-	4.301	-	56.785
Debêntures	-	-	-	601.683
Financiamentos	-	533.060	-	-

e. Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2017 e 2016 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

Os contratos de construção firmados pelas controladas relacionados ao CAPEX (Capital expenditure) estão atrelados em moeda nacional e portanto, não há exposição de variação cambial nessas operações.

(iv) ***Risco de mercado***

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia classifica seus ativos financeiros não derivativos como mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. Os passivos financeiros não derivativos são classificados como passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.